



ARON GURWITSCH E A HISTÓRIA DA PSICOLOGIA: O SURGIMENTO DE UM SABER A PARTIR DE UM PEDIDO DE DESCULPAS DO ESPÍRITO À RAZÃO

Aron Gurwitsch and the history of psychology: the rise of a knowledge from an
excuse from the spirit towards reason

MARCUS VINÍCIUS DO
AMARAL GAMA SANTOS*

Aron Gurwitsch y la historia de la psicología: el surgimiento de un saber a partir
de una disculpa del espíritu delante la razón

ARTHUR ARRUDA
LEAL FERREIRA**

CÉSAR PESSOA
PIMENTEL***

Resumo: O presente artigo tem por objetivo chamar a atenção para as teses históricas presentes na obra de Aron Gurwitsch, assim como discutir a importância das mesmas para o campo da História da Psicologia. Para isso, analisar-se-á seus escritos histórico-epistemológicos iniciais - de 1934, 1935 e 1936 - buscando expor, principalmente, o papel que o processo histórico cumpre em sua argumentação e a narrativa histórica que o autor estabelece acerca do surgimento da Psicologia. Para discutir a importância de tal produção para o campo da História da Psicologia, recuperaremos outras narrativas históricas que - com herança direta ou não - se assemelham em algum nível com as teses propostas por Gurwitsch, tendo especial interesse nos deslocamentos operados e na periodização utilizada. Nesse sentido, serão discutidas as conexões com os trabalhos de Georges Canguilhem (que explicitamente remete sua hipótese ao trabalho de Gurwitsch), Luís Cláudio Figueiredo, Michel Foucault e Bruno Latour. Por fim, discutir-se-á o sentido geral da hipótese apresentada por Gurwitsch e pelos demais autores, além de uma discussão sobre a periodização destas condições de surgimento da Psicologia.

Palavras-chave: História da Psicologia; Historiografia; Modernidade.

Abstract: This article aims to draw attention to the historical theses present in the work of Aron Gurwitsch, as well as to discuss their importance for the field of the History of Psychology. For this, his initial historical-epistemological writings - from 1934, 1935 and 1936 - will be analyzed in order to expose, mainly, the role that the historical process plays in his argumentation and the historical narrative that the author establishes about the emergence of psychology. To discuss the importance of such production for the field of the History of Psychology, we will recover other historical narratives that - with direct inheritance or not - are to some degree similar with the theses proposed by Gurwitsch, with special interest in the displacements operated and in the periodization used. In this sense, the connections with the works of Georges Canguilhem (who explicitly refer his hypothesis to the work of Gurwitsch), Luís Cláudio Figueiredo, Michel Foucault and Bruno Latour will be discussed. Finally, the general meaning of the hypothesis presented by Gurwitsch and the other authors will be discussed, including a discussion on the periodization of these conditions for the emergence of Psychology.

Keywords: History of Psychology; Historiography; Modernity.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo llamar la atención sobre las tesis históricas presentes en la obra de Aron Gurwitsch, así como discutir su importancia para el campo de la Historia de la Psicología. Para ello, se analizarán sus escritos histórico-epistemológicos iniciales -de 1934, 1935 y 1936- buscando exponer, principalmente, el papel que juega el proceso histórico en su argumentación y la narrativa histórica que el autor establece sobre el surgimiento de la psicología. Para discutir la importancia de dicha producción para el campo de la Historia de la Psicología, recuperaremos otras narrativas históricas que, con herencia directa o no, son similares en algún grado a las tesis propuestas por Gurwitsch, con especial interés en los desplazamientos operados y en la periodización utilizada. En este sentido, se discutirán las conexiones con las obras de Georges Canguilhem (quien explícitamente refiere su hipótesis a la obra de Gurwitsch), Luís Cláudio Figueiredo, Michel Foucault y Bruno Latour. Finalmente, se discutirá el significado general de la hipótesis presentada por Gurwitsch y los otros autores, así como una discusión sobre la periodización de estas condiciones para el surgimiento de la Psicología.

Palabras-clave: Historia de la Psicología; Historiografía; Modernidad.

* Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrando Bolsista CAPES em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS). Email: mvgama@hotmail.com . Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6827-4580>

** Pós-Doutorado em História da Psicologia (UNED/ Espanha); Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: arleal1965@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2059-8877>

*** Pós-Doutorado em Teoria da Comunicação; Professor Substituto do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: cesar.pimn@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7711-8312>



Introdução

Aron Gurwitsch (1901-1973), filósofo lituano, é amplamente conhecido por sua produção no que diz respeito à Filosofia e à Psicologia, assim como à relação entre estes âmbitos. Contudo, um aspecto de sua obra para o qual normalmente não se dá a devida atenção são as *teses históricas* envolvidas em sua argumentação. Nesse sentido, no presente artigo, buscaremos retrair tais teses históricas presentes na obra do autor, principalmente em sua produção inicial (Gurwitsch, 1934/2009a, 1935, 1936/2009b), com o intuito de mostrar a relevância de suas teses para a História da Psicologia. Junto a isso, buscaremos recuperar outras narrativas históricas que - com herança direta ou não - se assemelham em algum nível com as teses propostas por Gurwitsch, tendo especial interesse nos deslocamentos operados e na periodização utilizada.

No clássico artigo de Georges Canguilhem (1904-1995): “O que é a Psicologia?” (1958/2012), Aron Gurwitsch (1935) é citado ao discutir as condições do surgimento da Psicologia como ciência da experiência: ela seria uma desculpa do espírito perante a razão diante dos erros e das Ilusões apontadas desde a distinção entre as qualidades primárias e secundárias por Galileu Galilei (1564-1642). O breve texto de Gurwitsch citado é inspirador e encontra eco no trabalho de alguns autores que são referência na discussão das condições históricas da Psicologia.

Em um cenário internacional, Michel Foucault (1926-1984) aponta, no início de sua obra, as experiências referentes à negatividade do homem como condição de surgimento dos saberes *psi*. Segundo Frédéric Gros (1997), esta hipótese se encontra presente nos trabalhos de Foucault até “O Nascimento da Clínica” (1963/1980). De maneira bem mais recente, também Bruno Latour (1947-), em “O Culto Moderno dos Deuses Feitiches” (1996), na sequência de “Jamais Fomos Modernos” (1994), marca a existência de uma dupla bomba de sucção entre a Epistemologia e a Psicologia, na qual a primeira seria responsável pela produção de fatos, ao passo que a segunda por meio do conceito de crenças, pela geração de fetiches e erros. Em um cenário nacional, é possível destacar a obra de Luís Cláudio Figueiredo (1945-), especialmente em seu livro “A Invenção do Psicológico” (1992), no qual ele destaca o psicológico como nascido nos avessos da representação ou num território de desconhecimento. A este conjunto de autores, juntaremos o recente trabalho *Objectivity* (2007), de Lorraine Daston (1951-) e Peter Galison (1955-), que propõe outra datação para os fenômenos históricos destacados por Gurwitsch.

Em geral, a periodização de Figueiredo e Gurwitsch coincidem, ao atribuir esse movimento à virada do século XVII, datação próxima à pensada por Latour no que tange à constituição moderna; Foucault, de modo distinto, aponta para este processo de produção vinculado ao círculo antropológico, presente na virada para o século XIX. Esta datação coincide com o trabalho sobre as virtudes epistêmicas de Daston e Galison (2007), uma vez que ambos estabelecem esse distanciamento epistêmico entre as representações mecânicas-objetivas e as subjetivas apenas dentro do quadro da objetividade mecânica. Traremos brevemente o trabalho destes autores na conclusão.

O objetivo desse trabalho é não apenas reconhecer em Gurwitsch e em outros autores citados esse entendimento de que as condições de surgimento da Psicologia se dão numa mecânica do erro, mas também tentar precisar de maneira mais detalhada a sua periodização. Para tal, detalharemos a perspectiva de alguns desses autores e discutiremos a variação do *leitmotiv* proposto primeiramente por Gurwitsch. Nesta análise, gostaríamos de ressaltar o aspecto heurístico da tese deste autor, mesmo que ela possa ser deslocada, ampliada e ceder a outras periodizações. Passemos à análise.

Modernidade, Física e Psicologia em Aron Gurwitsch

As teses de Gurwitsch que concernem às condições de possibilidade da Psicologia se encontram principalmente em três textos (Gurwitsch, 1934/2009a, 1935, 1936/2009b) produzidos no contexto das preleções intituladas “O Desenvolvimento Histórico da Psicologia da Gestalt” realizadas pelo pensador lituano entre 1933 e 1934 no *Institut d’Histoire des Sciences* em Paris.

No primeiro dos textos, intitulado “O Lugar da Psicologia no Sistema das Ciências”, Gurwitsch, tem como objetivo principal delimitar quais contribuições a Psicologia pode ter para o campo da ciência. Contudo, entendendo que “o significado último de uma ciência [...] só pode ser destacado ao levar em consideração os motivos e ideias que estiveram em sua origem, os problemas e necessidades teóricas que deram origem a seu nascimento” (Gurwitsch, 1934/2009a, p. 72; tradução nossa), o autor concebe como necessário, para realizar tal objetivo, adotar um “ponto de vista histórico”.

Segundo Gurwitsch, o surgimento da Psicologia se dá simultaneamente ao surgimento da Física, não



sendo essa simultaneidade uma mera casualidade. Pelo contrário, seria necessário clarificar o significado por trás do fato de ambas terem surgido simultaneamente e, para isso, cumpriria perguntar “como e por que a existência das ciências físicas implica a criação da Psicologia moderna” (Gurwitsch, 1934/2009a, p. 72; tradução nossa). A resposta estaria no fato de a ciência física moderna - diferentemente da aristotélica e medieval - ter, pela primeira vez, dividido a realidade em, de um lado, uma realidade tal como aparece para um sujeito, tal qual é percebida cotidianamente, e, de outro, uma realidade objetiva, tal qual é concebida pela ciência. Deste modo, com as ciências físicas modernas, “a realidade não é como ela apresenta a si mesma, mas como ela é construída pela ciência, isso é dizer, pelos empreendimentos científicos da mente humana” (Gurwitsch, 1934/2009a, p. 73; tradução nossa). Entretanto, por mais que as ciências físicas nos informem como a realidade é objetivamente, isso não impede que continuemos a perceber a realidade com aparências e qualidades “subjetivas”, isso é, de um modo que não condiz com a realidade construída matematicamente pelas ciências físicas. Disso resulta que, por mais que a explicação da realidade seja provida por essas ciências, resta explicar como é possível o *erro* em nossa representação da realidade, mesmo quando já a conhecemos cientificamente, isso é, objetivamente.

De acordo com Gurwitsch, essa divisão da realidade teria dado origem à Psicologia na medida em que “são precisamente os próprios dados ‘subjetivos’ e qualidades descartadas por essas ciências [as ciências físicas] que constituem o objeto da psicologia” (Gurwitsch, 1934/2009a, p. 72; tradução nossa). A ciência física, ao construir matematicamente a realidade, necessita desconsiderar os aspectos meramente subjetivos e valorativos que são encontrados em uma representação da realidade; a Psicologia, por outro lado, “não pode desconsiderar esses dados puramente ‘subjetivos’, não pode ignorar o fato de que os objetos que nos circundam exibem qualidades desse tipo” (Gurwitsch, 1934/2009a, p. 72; tradução nossa). Nesse sentido, a Psicologia teria sido herdeira dessa divisão operada pelas ciências físicas modernas; e os “originadores da psicologia moderna” teriam sido certos filósofos modernos dos séculos XVII e XVIII que teriam abordado essas qualidades “subjetivas” - tais como Descartes (1596-1650), Hobbes (1588-1679), Locke (1632-1704), Condillac (1714-1780), Berkeley (1685-1753) e, antes de todos, Malebranche (1638-1715). Este último, em seu *Recherche de la Verité* (1674), teria desenvolvido o primeiro sistema psicológico no sentido moderno do termo, na medida em que proporia uma “ciência dos erros”, cujo objetivo final seria possibilitar com que se pudesse evitá-los (Gurwitsch, 1934, p. 74). Segundo Gurwitsch, os problemas trabalhados por Malebranche ainda seriam atuais, e as respostas dadas por ele a estes problemas seriam parecidas com as que seriam dadas nos séculos posteriores, incluindo o século XX. Aqui vê-se propriamente como, para Gurwitsch, as origens de uma ciência determinam o seu sentido próprio, incluindo suas questões e respostas, mas também sua natureza e seus objetivos: “podemos observar como a psicologia contemporânea está, em um certo sentido, voltando para seus começos” (Gurwitsch, 1934, pp. 63-64; tradução nossa).¹

Essa origem da Psicologia em decorrência das ciências físicas modernas implicaria ainda, segundo Gurwitsch, uma relação epistemológica assimétrica - que ainda encontraria reflexos em sua época - entre esses campos do conhecimento. Às ciências físicas caberia o estudo das leis mais gerais, que se aplicam à totalidade da realidade - i.e., o universo -, revelando, com isso, a estrutura fundamental deste. A Psicologia, por sua vez, teria um campo de investigação muito mais restrito que as ciências físicas, na medida em que dependeria de pesquisas de âmbito mais particular, como as provenientes da Biologia e, principalmente, da Fisiologia. Essa relação de dependência para com a Fisiologia estaria muito claramente presente, segundo Gurwitsch, na hipótese do “paralelismo psicofísico” aceita em sua época, que postula uma “correspondência estrita entre fenômenos psicológico e fenômenos fisiológicos” (Gurwitsch, 1934, p. 65; tradução nossa). O efeito inevitável dessa relação de dependência seria a reintrodução das leis propostas pelas ciências físicas no âmbito da Psicologia, uma vez que as pesquisas biológicas e fisiológicas sobre as quais se assenta a Psicologia se assentariam, por sua vez, na Física e Química gerais. Desse modo, haveria uma assimetria ou uma hierarquia ordenando a relação entre as ciências físicas e a Psicologia; àquelas caberia construir os modelos segundo os quais a realidade está estruturada; a esta, por sua vez, cabe, no máximo, se valer de tais modelos para compreender os fenômenos que dizem respeito a seu âmbito de estudo mais restrito:

Tudo que poderia ser esperado da psicologia com respeito à sua contribuição para a concepção científica da realidade é, como parece, que ela seja bem-sucedida em estabelecer, dentro de seu próprio domínio, leis análogas a essas da física ou química; ou talvez poderíamos esperar que ela descobrisse dentro de seu próprio domínio algumas dessas leis [da física ou química] cuja validade seria estendida para o domínio da consciência que, em muitos respeitos, é essencialmente diferente da natureza. Tal sucesso constituiria para a psicologia a prova de seu caráter científico, pois o domínio da consciência seria integrado no todo do universo: as mesmas leis que governam a natureza seriam mostradas como igualmente governando a consciência, que, por meio disso, apareceria verdadeiramente como um de seus domínios. A conquista científica do mundo seria estendida para mais um domínio (Gurwitsch, 1934, p. 65; tradução nossa).

¹ Neste ponto, vale atentar para o fato de que, ao estabelecer uma linha de continuidade entre os filósofos dos séculos XVII e XVIII e as psicologias dos séculos XIX e XX, Gurwitsch acaba por não considerar a possibilidade de terem ocorrido mudanças substanciais nesse intervalo de tempo, o que contrasta com a narrativa de outros autores, incluindo os expostos na segunda metade do presente artigo, principalmente Daston & Galison (2007).



E esse teria sido, segundo Gurwitsch (1934/2009a, pp. 66-71), o destino da Psicologia moderna durante grande parte de sua existência. A lei das associações de ideias na consciência - tido por alguns pensadores como a lei fundamental da vida psíquica - seria análoga à lei de atração e repulsão entre corpos físicos ou à lei newtoniana da gravitação dos corpos. A ideia de que a vida psíquica consistiria na combinação e separação de eventos elementares - presente na teoria de Johann Friedrich Herbart (1776-1841) - seria próxima à teoria cinética dos gases ou ao modelo atômico. As leis da transformação da libido desenvolvidas por Sigmund Freud (1856-1939) se valeriam do princípio físico da conservação de energia em um sistema fechado. A Psicologia da Gestalt - que, segundo Gurwitsch, difere dos outros casos por se utilizar intencionalmente e manifestamente de conceitos da Física - introduz o conceito de “campo” e de processos dinâmicos de uma estrutura global (a Forma), entendendo as relações parte-todo de modo análogo a como um corpo carregado eletricamente posicionado em um campo eletrostático é entendido na Física, além de se inspirar em ideias da Física quântica acerca da emissão de energia.

Tal situação só teria efetivamente mudado, de acordo com Gurwitsch (1934, pp. 74-76), mais próximo de sua época, quando alguns estudos da Psicologia - invertendo o problema colocado por Malebranche - começaram a atentar para e investigar o fato de que nossa compreensão científica do mundo é uma construção da consciência estabelecida a partir da nossa própria existência nesse mundo, de modo que as leis universais e atemporais postuladas pelas ciências físicas são construídas a partir de uma experiência mundana que é local e histórica. Desse modo, “a psicologia, como uma ciência da mente, se encontra confrontada com o problema de como a mente humana, cujos dados mais familiares e elementares são esses relacionados ao mundo enquanto ambiente, pode atingir uma representação científica da realidade ao partir dessas bases” (Gurwitsch, 1934, p. 74; tradução nossa). Nesse processo pelo qual se constrói um mundo científico a partir do mundo enquanto ambiente operariam processos que não apenas seriam de interesse da Psicologia, mas que esta poderia efetivamente explicar, como, por exemplo, as operações mentais envolvidas na abstração dos valores, da instrumentalidade e das qualidades secundárias para se constituir um objeto puramente físico. Com isso, a Psicologia deixa de ser meramente uma ciência do erro - mais ainda, deixa de ser propriamente uma ciência - e se torna condição para toda e qualquer ciência. Dado que é impossível construir uma representação científica do mundo sem a mediação da consciência e de suas operações de constituição, a Psicologia, na medida em que descreve e analisa tais processos, possui um papel privilegiado e, mesmo, anterior às ciências:

Ela [a Psicologia] não é uma ciência entre as outras; em vez disso, é a fundação delas. Sua tarefa principal não é enriquecer nosso conhecimento da realidade como as ciências físicas e químicas fazem, mas prover explicações para o próprio conhecimento da realidade. Dessa maneira, a psicologia se aproxima da filosofia, o que é dizer que por meio de uma radicalização suficiente dos problemas da psicologia, nós alcançamos a dimensão filosófica (Gurwitsch, 1934, p. 76; tradução nossa).

Neste primeiro dos três textos, Gurwitsch introduz de forma mais passageira temas que serão desenvolvidos muito mais extensamente nos dois textos posteriores, como: a separação entre qualidades primárias e secundárias, que será expressamente remetida a Galileu Galilei (1564-1642); a relação entre Psicologia e Física; e a questão do “paralelismo psicofísico”, que será tratada extensamente em sua forma mais elaborada: o “princípio da constância”. Para além disso, este primeiro texto conclui com uma reflexão epistemológica que se encontra ausente nos dois outros textos, que focam muito mais detidamente na Psicologia da Gestalt.

Estes outros dois textos da série - nomeadamente, “O Desenvolvimento Histórico da Psicologia da Gestalt” (1935) e “Alguns Aspectos e Desenvolvimentos da Psicologia da Gestalt” (1936/2009b) -, abordam, um em relação ao outro, as mesmas questões e expõem a mesma linha de raciocínio, estando a diferença no modo como as teses e argumentos são expostas textualmente. Ambos estão intimamente ligados às preleções ministradas por Gurwitsch no *Institut d’Histoire des Sciences*, sendo o primeiro texto como que um resumo das preleções - recebendo o mesmo nome delas - e o posterior como que uma exposição detalhada, mais extensa e desenvolvida, do que foi ministrado no curso.

Em primeiro lugar, é necessário considerar que, nesses textos, Gurwitsch não tem por interesse último mobilizar argumentos para defender uma tese acerca das transformações decorrentes da instauração da ciência moderna. Em vez disso, seu interesse é estabelecer o estatuto da Psicologia da Gestalt, incluindo, por um lado, o seu ponto de ruptura em relação à Psicologia Clássica e, por outro, suas limitações em relação a teorias desenvolvidas por outros pensadores que também rompem com os pressupostos dessa Psicologia mais tradicional. Entretanto, para cumprir suas pretensões, Gurwitsch necessita tecer considerações acerca da instauração da ciência moderna, na medida em que defende - tal como em seu texto anterior - que o surgimento da Psicologia Clássica está intimamente ligado ao surgimento e estabelecimento da Física.

Segundo Gurwitsch, o ponto essencial que caracteriza o surgimento e estabelecimento das ciências físicas tal como nós as conhecemos hoje é a separação, desenvolvida por Galileu, entre qualidades primárias e secundárias, isto é, entre, de um lado, o mundo tal qual ele é independentemente de qualquer contribuição advinda de uma subjetividade e, do outro, o mundo tal qual ele aparece para diferentes sujeitos dependendo da organização psicofísica dos mesmos. Com isso, ter-se-ia estabelecido uma divisão entre um mundo verdadeiro e um mundo aparente: “o mundo não é como ele parece ser tal como se oferece à percepção ordinária,



na verdade, ele é como a ciência física consegue construí-lo” (Gurwitsch, 1935, p. 167; tradução nossa). A essa separação de mundos corresponde uma separação entre ciências: às ciências físicas cabe a explicação do mundo objetivo, tal qual ele é independente dos sujeitos; à Psicologia cabe explicar o mundo tal qual ele aparece, ou, mais precisamente: “A psicologia é colocada diante da tarefa de mostrar como, por um lado, sendo dada a realidade objetiva e, por outro lado, a constituição psico-fisiológica do homem, o universo pode assumir esse aspecto fenomenal e ‘subjeto’, que uma tendência natural nos leva a considerar como a própria realidade” (Gurwitsch, 1934, p. 74; tradução nossa).

Assim, a Psicologia herda dessa divisão, como seu objeto de estudo, as “aparências ‘subjetoivas’” e tem que prestar contas de como é possível que o mundo físico, sendo sempre idêntico a si mesmo, possa aparecer diferentemente de acordo com os sujeitos e, mais do que isso, possa aparecer como se fosse a própria realidade. Seria com base nessa problemática que teriam se dado os primeiros esforços da psicologia experimental do século XIX.

Tal Psicologia - também referida por Gurwitsch como “Psicologia Clássica” - teria como pressuposto fundamental a “hipótese da constância”, segundo a qual existiria uma correspondência precisa entre estímulos e sensações, entendendo por “estímulos”, aspectos que pertencem ao mundo objetivo e, por “sensações”, aspectos que dizem respeito ao mundo subjetivo. Segundo tal concepção, quando um organismo é afetado por estímulos provenientes do mundo exterior, há excitações nos elementos do sistema nervoso correspondentes a cada um dos estímulos e há sensações correspondentes a cada uma dessas excitações. Dessa forma, “[s]ensações diferem umas das outras conforme os respectivos estímulos diferem [uns dos outros]. O que determina a natureza e a intensidade dos dados sensoriais são os estímulos e nada mais” (Gurwitsch, 1936/2009b, p. 3; tradução nossa). Além disso, sendo apresentado a algum sujeito um dado conjunto de estímulos, *deve necessariamente* se dar um dado conjunto correspondente de sensações, de modo que se pode esperar que determinadas sensações se apresentem na consciência do sujeito quando determinados estímulos são aplicados ao mesmo. Entre estímulo e sensação há, portanto, correspondência ponto-a-ponto, sem que, contudo, isso implique em similaridade material entre ambos.

A adoção da hipótese da constância, segundo Gurwitsch (1935, p. 170; 1936/2009b, p. 20), levaria, entretanto, inevitavelmente a um problema: a admissão na consciência de *dados não-notados*. Os teóricos que se valem de tal hipótese - dentre eles, apesar das diferenças, Hermann von Helmholtz (1821-1894), Christian von Ehrenfels (1859-1932) e Vittorio Benussi (1878-1927) - acabam por estabelecer um “dualismo no domínio perceptual” (Gurwitsch, 1936/2009b, p. 12; tradução nossa), dividindo o âmbito psicológico em dois níveis: um mais básico, que diz respeito às sensações puras e simples, que seriam o aspecto “objetivo” do percebido e que possuem estímulos correspondentes conforme a hipótese da constância; e um de ordem superior, que diz respeito não a sensações propriamente, mas a elementos e operações que não possuem um estímulo correspondente e que se sobrepõem às sensações alterando-as de algum modo, constituindo o aspecto “subjetoivo” do percebido. Por consequência da admissão da hipótese da constância, em toda e qualquer percepção, o aspecto “objetivo” - i. e. o que corresponde ao estímulo externo - sempre há de estar presente, uma vez que se concebe que a presença de estímulos implica a presença de sensações puras simples correspondentes. Os aspectos “subjetoivos”, por sua vez, podem ou não estar presentes, de modo que é possível ter tanto uma experiência apenas de sensações puras simples quanto uma experiência de sensações puras simples alteradas por elementos ou operações de ordem superior. Entretanto, para se averiguar se um dado componente da percepção é uma sensação pura simples ou algo de ordem superior, é necessário recorrer, por comparação, à própria percepção mais básica, composta apenas por sensações puras simples. Com isso, essa percepção mais básica é constituída como uma “percepção privilegiada” na medida em que é erigida como critério de diferenciação do que é do nível básico e do que é do nível superior.

Segundo tais teóricos, se um sujeito, ao analisar sua consciência, é incapaz de observar as sensações puras simples que correspondem aos estímulos que o afetam em determinado momento, isso seria consequência de alguma interferência das operações do nível superior sobre as sensações puras. Sendo fiéis à hipótese da constância, tais teóricos não podem negar que as sensações estejam *necessariamente* presentes na consciência, pois, se determinados estímulos estão afetando o sujeito, sensações correspondentes *devem necessariamente* estar presentes em sua consciência. Só resta a tais teóricos, portanto, defender que, nesses casos, tais sensações puras simples estão dadas na consciência, porém de forma *não-notada*: “as sensações puras devem estar, portanto, presentes na forma de *dados não-notados*” (Gurwitsch, 1936/2009b, p. 20; tradução nossa).

Segundo Gurwitsch, a adoção da hipótese da constância e de suas consequências pela Psicologia Clássica denuncia sua íntima relação - e, mesmo, dependência - para com a Física. Em primeiro lugar, uma vez que as sensações puras - por mais que não sejam similares aos - são condicionadas pelos estímulos exteriores, a Psicologia, para estudar as sensações, deve recorrer aos ensinamentos da Física acerca dos estímulos. Assim, “a psicologia é levada a se orientar pela física no sentido de que o mundo, tal como ele se revela graças a esta ciência, lhe serve de fundamento e de que, a partir daí, ela explica tanto a natureza quanto a aparição dos fatos ‘subjetoivos’ e qualitativos” (Gurwitsch, 1935, p. 167; tradução nossa). O exemplo das cores é, nesse ponto, de grande ajuda: a cor preta não deve ser tida, psicologicamente, como propriamente uma sensação, mas sim como a ausência de toda e qualquer sensação, uma vez que a Física postula que o preto é a ausência de luz refletida; por outro lado, a cor branca, que ingenuamente é tida como uma sensação simples deve ser



tida como, na verdade, um dado complexo, uma vez que a Física (da época) identifica nela a presença das três cores fundamentais em igual proporção. Dessa forma, “a psicologia, de início, considera os dados sensoriais em termos de sua relação aos estímulos físicos correspondentes. A psicologia depende [*rely on*] e se baseia sobre os resultados da física de modo que ela finalmente aparece como uma extensão da física” (Gurwitsch, 1936/2009b, p. 2; tradução nossa).

Em segundo lugar, a admissão de *dados não-notados* nada mais seria do que uma re-edição da separação entre realidade e aparência, que fora colocada inicialmente pela constituição das ciências físicas, só que, agora, dentro da própria consciência: “A separação da realidade e aparência é assim trazida para o domínio da consciência” (Gurwitsch, 1936/2009b, p. 2). Isso quer dizer: a antiga separação galileana - que constitui o fundamento das ciências físicas - entre qualidades primárias, que estariam no mundo exterior enquanto tal, e qualidades secundárias, que seriam projetadas pelos sujeitos sobre o mundo ao percebê-lo, é agora reformulada. O próprio “domínio da consciência”, na medida em que é concebido como possuindo dois estratos, passa a conter tal divisão: nele encontramos tanto a realidade - as sensações puras simples que correspondem ponto-a-ponto com os estímulos objetivos do mundo físico - quanto a aparência - os elementos ou qualidades adicionadas por operações de ordem superior, como inferência, juízo, imaginação, etc. Essa transformação se dá *como se*, por conta da hipótese da constância, o âmbito físico exterior ganhasse, na consciência, um representante tão objetivo quanto ele, i. e., as sensações puras simples. Com isso, o âmbito do “subjetivo” na distinção galileana ganha agora, com a hipótese da constância, uma parcela objetiva, como se fosse possível haver, em termos galileanos, qualidades secundárias primárias e qualidades secundárias secundárias.

Gurwitsch considera, entretanto, que há um grande impasse epistemológico nas psicologias que se valem, em algum nível, da hipótese da constância e dos dados não-notados. Tal impasse estaria no fato das construções teóricas possuírem primazia frente à observação simples: tais psicólogos admitem que, por mais que os sujeitos, ao analisarem suas consciências, não localizem as sensações puras simples, elas estão inevitavelmente lá, *porque* a hipótese da constância assim determina. Essa primazia teria por consequência última “impedir, no fim das contas, qualquer verificação da teoria” (Gurwitsch, 1935, p. 171; tradução nossa), uma vez que a observação se torna incapaz de contestar as postulações teóricas: “Esses fatos, os dados não-notados, por sua vez, escapam a todo o controle; eles não podem nem ser validados nem invalidados pela observação direta” (Gurwitsch, 1936/2009b, p. 22; tradução nossa). Como que em uma *petitio principii*, a Psicologia Clássica pressuporia o que deveria ser explicado: “A hipótese da constância leva a interpretar toda observação sob a luz, e com o auxílio, dos próprios fatos cuja existência está em questão” (Gurwitsch, 1936/2009b, p. 22; tradução nossa). Para Gurwitsch, portanto, a Psicologia Clássica seria, por sua configuração epistemológica, inevitavelmente um projeto infrutífero em termos científicos: “Dessa maneira, qualquer controle da teoria é impossível e o caminho está barrado a todo progresso da ciência” (Gurwitsch, 1935, p. 171; tradução nossa).

Uma tal configuração só seria efetivamente alterada quando houvesse um rompimento “decisivo e definitivo” com a hipótese da constância, o que só teria se dado com a Escola Gestaltista de Berlim, cujos principais representantes são Max Wertheimer (1880-1943), Kurt Koffka (1886-1941) e Wolfgang Köhler (1887-1967), levando a uma reformulação das concepções de consciência, experiência e percepção. Apenas com essas reformulações teria sido possível inverter a ordem de primazia, fazendo com que a observação obtivesse precedência em relação às construções teóricas, restabelecendo, assim, a potência científica das investigações experimentais, agora realizadas em outros moldes.

O ponto decisivo para o rompimento com a hipótese da constância é a supressão do “dualismo no domínio da percepção”. A consciência passa a ser entendida pelos gestaltistas berlinenses como homogênea, sem postular uma separação entre um aspecto “real” e um aspecto “meramente aparente”. Agora, toda e qualquer percepção é tida, em sua totalidade, como uma realidade para o sujeito, sem propor aí uma distinção entre o que seria “real” e o que seria “aparente” no que é percebido. Esta distinção entre “real” e “aparente”, segundo tais autores, não valeria para a consciência: “*No domínio da consciência nenhuma distinção entre realidade e aparência pode ser admitida; é mesmo a característica essencial desse domínio que a distinção mencionada é absolutamente estranha a ela*” (Gurwitsch, 1936/2009b, p. 24; tradução nossa; grifo no original); “Os fenômenos são tais quais eles se apresentam imediatamente a si mesmos para a consciência. Não se deve atribuir nada ao fenômeno que não esteja efetivamente averiguado neles por meio de observação direta e imediata; não há nada a procurar atrás deles” (Gurwitsch, 1936/2009b, p. 33; tradução nossa).

Apesar desse rompimento em relação à Psicologia Clássica, a Psicologia da Escola de Berlim não deixou de ter uma relação íntima com a Física; pelo contrário, “os teóricos da Gestalt (especialmente Wolfgang Köhler e o grupo ao seu redor) reivindicam continuar ainda mais fiéis ao espírito da física do que os psicólogos anteriores” (Gurwitsch, 1936/2009b, p. 24; tradução nossa), o que seria confirmado, segundo Gurwitsch, por várias concepções, tanto teóricas quanto metodológicas, defendidas por tais teóricos. Por outro lado, segundo Gurwitsch, a Escola de Berlim também possuiu seus limites, sendo o principal deles, o de reduzir tudo ao âmbito do fenomenal. Segundo Gurwitsch - se apoiando na distinção, estabelecida por Edmund Husserl (1859-1938), entre termos fenomenais e termos categoriais - haveria um nível categorial por detrás do nível fenomenal, que seria o fundamento deste, e que seria inacessível à abordagem da escola de Berlim, constituindo, portanto, o seu limite. Entretanto, Gurwitsch salienta que a crítica feita, por ele, à Escola de Berlim não é



de mesmo teor da que foi feita, também por ele, à Psicologia Clássica: enquanto, de um lado, a crítica feita a esta última demonstrava a sua não-cientificidade na medida em que expunha que a observação direta ficava *a priori* subjugada aos postulados teóricos, impossibilitando qualquer refutação da teoria; do outro lado, a crítica à Escola de Berlim meramente delimita o âmbito em que suas descobertas e investigações são válidas - o âmbito fenomenal -, de modo que suas práticas continuam sendo científicas, na medida em que dão primazia à observação direta em detrimento das postulações teóricas (Gurwitsch, 1936/2009b).

Ressonâncias de Gurwitsch na História da Psicologia

Delimitar alguns traços essenciais inscritos por Gurwitsch no mapa das psicologias é um exercício de considerável importância à criação de um fio condutor que ligue suas análises a de outros autores. Não obstante o fato de a periodização sofrer variações, o denominador comum é a afirmação de que o saber psicológico surgiu a partir de uma necessidade epistêmica, a saber, explicar como a observação fornece condições para a *razão atingir verdades perenes e exatas* ainda que enraizada na *natureza finita e enganosa dos sentidos*. Lembremos que nessa instigante narrativa, após uma emergência conturbada, em meio a transformações peculiares no campo das ciências naturais lideradas pela Física de Galileu, se configura um espaço de interrogação acerca do modo como o pensamento é capaz de conquistar verdades objetivas. Desse modo, a vitória da Física quantitativa sobre a Física aristotélica possui um caráter ambíguo: por um lado, tal conquista (aos olhos dos cientistas naturais) é repleta de “festividades”, provendo a esperança de um progresso contínuo do saber. Porém, a instauração dos modelos astronômicos heliocêntricos traz a reboque inquietações deflagradas pela possibilidade inextirpável de a razão ser enganada pelos sentidos. Caberia, portanto, conter esse efeito colateral decifrando a relação entre o mundo falível da subjetividade e o mundo impessoal e exato da natureza. Da vitória da ciência moderna surgiram questões propícias a um estudo da subjetividade: “como os sentidos que tanto se equivocam estão ligados à exatidão de uma outra faculdade que os ultrapassa e corrige?”, e sobretudo, “através de quais procedimentos a razão opera essa correção dos sentidos?”.

Perguntas que acabam por exigir uma espécie de “pedidos de desculpas” da alma (ou do espírito) perante a razão (Canguilhem, 1958/2012, p. 406). O homem, seus pensamentos e sensações, a partir de então, não poderão ser apenas apreciados nas práticas filosóficas de aquisição da prudência, ou no repertório elaborado das religiões acerca da alma. Assim, a composição híbrida do homem, entre os sentidos corporais e a razão abstrata, entra no campo recém-inaugurado da quantificação e análise. O decisivo aqui é o *modo como essa composição híbrida é entendida pela ciência que irá estudá-la*, ou seja, esse tipo de Psicologia que floresce entre os séculos XVII e XIX. Esse modo é o de uma existência negativa, de tal forma que a Psicologia ganha positividade nos saberes científicos da Europa moderna como uma ciência desta “porção” do homem caracterizada pela produção de enganos, erros, ilusões, esquecimento, obscurecimentos da consciência. Os autores nos quais apontaremos semelhante linha de argumentação - Georges Canguilhem, Luís Cláudio Figueiredo, Michel Foucault e Bruno Latour - trazem essa marca em suas reflexões, por mais que apenas Canguilhem (1958/2012) faça referência textual explícita à obra de Gurwitsch. Apesar de abordagens e temáticas divergirem, todos se reencontram na afirmação de que a ciência psicológica nasce como ciência de uma negatividade, definida por falhas ou desvios com relação às ciências naturais quantitativas.

A Herança de Georges Canguilhem e Outras ressonâncias: O Nascimento da Psicologia pelos Aversos

O primeiro autor a ser mencionado nomeia muito claramente essa “porção” do homem inclinada ao erro: “subjetividade”. Dentre os articuladores mencionados aqui, o epistemólogo francês Georges Canguilhem (1904-1995) é aquele que faz referências explícitas a escritos de Gurwitsch (Canguilhem, 1958/2012, p. 406). Em seu intuito de descrever a Psicologia como uma série de projetos desenvolvidos em torno de diferentes ideias acerca do homem e de sua separação com relação ao mundo técnico e animal, algumas das teses de Gurwitsch são apropriadas. Isso se torna mais claro se tivermos em mente a divisão dos projetos de Psicologia elencados por Canguilhem: 1) a Psicologia como ciência natural; 2) a Psicologia como ciência da subjetividade (campo dividido em três “setores”, a saber: 2.1) a Física do sentido externo; 2.2) a ciência do sentido interno; 2.3) a ciência do sentido íntimo); e, por último, 3) a Psicologia como ciência das reações e do comportamento.

Como pode-se notar, a noção de que a Psicologia teria se organizado em torno deste potencial de engano, a subjetividade, ganha aqui imenso valor, se disseminando a partir do século XVII segundo três tipos de problemáticas. A primeira é apresentada diretamente ligada ao argumento de Gurwitsch: a Física aristotélica, perdendo sua força, dá origem a uma ciência quantitativa que questiona a experiência imediata. Assim como Gurwitsch, Canguilhem - ao tratar sobre a “Psicologia como Física do sentido externo” - marcará os objetos de investigação dessa Psicologia clássica como avessos da representação objetiva. Dentro de seu campo de exploração, a Física responsabiliza a observação dos sentidos, que ela própria utiliza de modo controlado,



como um grande réu no tribunal da razão. As condições para a emergência desse projeto de Psicologia estão epistemicamente dispostas: o halo abaixo da representação exata do mundo onde habita o que conduz a razão para fora de si mesma. No entanto, Canguilhem amplifica essa instância do erro e cria outras linhas de abalo sísmico suscitadas pela substituição do mundo fechado dos medievais para o universo infinito dos modernos. Se a Psicologia como Física do sentido externo pretende mimetizar a ciência que coloca a observação no tribunal da razão - apelando para as correlações entre unidades da experiência, as sensações, e setores pontuais do mundo exterior, as estimulações - outros projetos começam e terminam em propostas distintas.

O segundo projeto corresponde a um estudo da consciência de si, e seu desenvolvimento traz à cena debates acerca da possibilidade de fundar uma ciência rigorosa da consciência mediante a atividade reflexiva da própria consciência. Enquanto no primeiro projeto, da “Psicologia como Física do sentido externo”, o ponto principal concerne à disparidade entre as variações no mundo físico e as variações percebidas na experiência, o segundo projeto, a “Psicologia como ciência do sentido interno”, gira em torno da forma apropriada ao conhecimento de si mesmo. Esse projeto, muito mais sujeito a intempéries e discussões do que o primeiro, corresponde à definição da Psicologia como ciência da consciência, não somente do que se passa em sua extremidade sensível, mas de sua natureza, propriedades e alterações de estado, das relações entre alma e corpo, e, sobretudo, da possibilidade de uma experiência direta da alma. Simplificando as sinuosidades com que Canguilhem descreve a história dos contrassensos despertados por leituras equivocadas das *Meditações* de Descartes, o debate envolve a possibilidade da introspecção ser considerada um método adequado ao estudo da consciência. Seus personagens *principais*, no entanto, são poucos: podemos limitá-los ao âmbito da filosofia alemã entre o início e o final do século XVIII. O primeiro deles é Christian Wolff (1679-1754), que definiu a Psicologia como “ciência das coisas que são possíveis através da alma” (Araújo, 2013, p. 96), dividindo seu estudo segundo uma dimensão empírica e uma dimensão racional. Segundo Canguilhem, a importância deste pensador reside primeiramente em articular esse projeto a um novo sentido que o primeiro projeto não englobaria. O segundo personagem é Immanuel Kant (1724-1804), conhecido por refutar as aspirações de Wolff à construção de uma Psicologia científica. No entanto, a exposição de Canguilhem também se esforça por atenuar a atitude belicosa pela qual Kant ficou conhecido na atualidade com relação à ciência do eu. Haveria possibilidade de uma Psicologia, uma variante filosófica valorizada por Kant que deveria se limitar à descrição da experiência apartando-se das inclinações de explicá-la ao modo da Matemática e da Física. Assim, dentro de uma Antropologia, a Psicologia poderia ocupar um elevado valor como ensinamento introdutório a uma teoria da habilidade e da prudência. Mais ainda: sob trilhos devidamente bem estabelecidos, a Psicologia se adequaria, observa Canguilhem, a uma teoria da sabedoria.

Na exposição do terceiro projeto, Canguilhem retoma aos argumentos de Gurwitsch, no entanto reificando-os com bastante sutileza. Em primeiro lugar, não haveria uma única Psicologia clássica, como Gurwitsch propõe, mas diversas, na medida que é típico do devir da disciplina psicológica apontar falhas em movimentos e sistemas anteriores denominando-os “clássicos”. Nessa leitura, o termo “Psicologia clássica” é um artifício retórico a partir do qual partidários de uma escola situam sua especificidade e valor superior em relação a outras que pretendem superar. Outra correção é realizada em termos de periodização histórica: “a psicologia atomística e analítica dos sensualistas e dos ideólogos, antes de ser rejeitada como psicologia clássica pelos teóricos da *Gestaltpsychologie*, era já considerada por um psicólogo romântico como Maine de Biran [1766-1824]” (Canguilhem, 1958/2012, p. 410; grifo no original).

Neste terceiro projeto, da “Psicologia como ciência do sentido íntimo”, encontram-se alguns deslocamentos temáticos e de compreensão em relação aos dois primeiros. Aqui, a Psicologia não busca mimetizar a Física, tampouco consolidar a metodologia introspectiva ou dela desistir em prol de uma propedêutica à virtude. Instalando-se no solo da Biologia e dos transtornos neurológicos do movimento, afirma que a consciência é uma espécie de prolongamento das sensações de esforço, luta, comando, controle e resistência, a partir dos quais a distinção básica entre mundo interior e exterior advém. Enquanto o *cogito* cartesiano habita exclusivamente regiões do pensamento racional, em Biran, o *cogito* é muscular e a inteligência é corporal. Esse projeto culmina no advento da psicopatologia francesa, prolongando seu campo de estudo aos fenômenos que a Psiquiatria de Philippe Pinel (1745-1826) e Jean-Étienne Esquirol (1772-1840) entende como exacerbações ou diminuições de estados de consciência normais, que envolvem afetividade, vontade, instinto e inibição (Canguilhem, 1958/2012; Foucault, 1978). Em última instância, esse último projeto, pela via da Psicanálise, acaba por positivar o erro, fazendo do mental algo muito distinto do que os dois primeiros projetos concebem. Na Psicanálise, o estudo do psiquismo não pretende originar práticas de correção de desvios, mas sim positivar aquilo que escapa da consciência com sentido, lógica e motivação. Seguindo o argumento de Canguilhem, a Psicanálise começa com o “íntimo” proposto por Maine de Biran, mas o transfigura no abissal: aquilo que escapa não somente à observação exterior, mas é invisível à minha própria experiência apesar de constituí-la. Assim, podemos constatar que, mais do que utilizar argumentos de Gurwitsch, o epistemólogo francês realiza apropriações e direcionamentos particulares. Canguilhem, diferente de Gurwitsch, concebe a Psicologia como ciência da subjetividade se desenvolvendo em torno de três projetos que levam a destinos diferentes, embora a questão do erro esteja apenas no que ele denomina como Física do sentido externo. Primeiramente, podemos ver a constituição de uma Psicofísica; em segundo uma propedêutica à sabedoria; em terceiro, um *cogito* corporal e inconsciente, no qual o psiquismo não é mais concebido como o “avesso das



representações objetivas”, parafrazeando um termo do próximo autor abordado, o psicanalista brasileiro Luís Cláudio Figueiredo (1992).

Uma Sincronia Ampliada: A Invenção do Psicológico nos Avesos da Representação conforme Luís Cláudio Figueiredo

Um dos autores mais instigantes na história da Psicologia em terras brasileiras, Luís Cláudio Figueiredo (1945-), não aponta para referências explícitas ao trabalho de Gurwitsch. Mas, no conjunto, seria o trabalho, entre nomes nacionais e internacionais, que revelaria maior proximidade com o trabalho histórico do filósofo lituano. Esta semelhança se daria na cronologia e na tese, agora ampliada para domínios epistemológicos, políticos e éticos (não sendo um domínio único e exclusivo da experiência comum). Ao longo dos trabalhos deste autor, pode-se observar a persistência de certos temas, como o dos processos de subjetivação, abordados de formas distintas ao longo dos seus escritos. Isto pode ser observado em trabalhos como “Um Capítulo na História do Conhecimento do Indivíduo: a Metodologia Experimental de Caso Único” (1985) e “Reflexões acerca dos Projetos de Psicologia como Ciência Independente” (1986). Aqui é proposto um esquema binário, em que o campo psicológico surge da tensão entre uma individualidade nascida na aurora da modernidade e a sua respectiva crise oriunda dos controles sociais instituídos ao longo do século XIX. A invenção de um foro íntimo e a posterior desconfiança de sua autodeterminação são os polos históricos que balizam o campo psicológico, opondo de um lado as subjetivações iluminista e romântica e, de outro, a disciplinar. Estas oposições se traduzem em nosso campo na tentativa de articular o testemunho da experiência vivida com alguma fonte de significação e explicação para além desta (transfenomenal), em geral extraída dos moldes das ciências naturais. Conforme o ponto de partida desta articulação, teremos as metapsicologias (como a Psicanálise, a Epistemologia Genética e a Gestalt) que partem do vivido em direção ao transfenomenal, e as parapsicologias (como o Behaviorismo), que invertem este processo (1986, p. 10). Este esquema se encontra exposto em seu manual introdutório “Psicologia” (1997), apesar de todas as revisões realizadas sobre este texto. Nos anos noventa, contudo, o sentido de metapsicológico se voltará para a descrição do resto metafenomenal de cada subjetividade contemporânea (Figueiredo, 1993/1995a, pp. 29-30).

Se, nos anos oitenta, este esquema binário das subjetividades visava explicar historicamente as condições de possibilidade e a distribuição espacial das psicologias em consórcio com as epistemologias, a situação será bem diversa nos seus trabalhos nos anos noventa. Aqui a obra mestra será “A Invenção do Psicológico” (1992), tese de livre-docência de Figueiredo, complementada por textos próximos (1993, 1993/1995a, 1994/1995b, 1995c e 1996). A modernidade para Figueiredo inaugura-se cronologicamente ao final do Renascimento, após o “endiabrado” século XVI, e segue até o XIX, quando se depara com a crise que vivemos até nossos dias. Suas condições de possibilidade dão-se na busca de um fundamento perante a ausência de centro e a polifonia marcantes no século endiabrado. E tal fundamento será encontrado no sujeito, entendido aqui como despido de qualquer particularidade e marcado por uma reflexividade, autocoincidência e autodomínio (Figueiredo, 1996, p. 2) operados através dos rigores do método. Trata-se de uma subjetividade operada por um constante expurgo e ascese, acarretando uma série de dicotomias como as existentes entre conhecimento mediado x imediato, subjetividade transcendental x empírica, corpo x espírito, impulsos x controles sociais, natureza x civilização, esfera pública x privada. A divisão entre a subjetividade fundante e seus avessos permite compreender como efeito a própria divisão entre Epistemologia e Psicologia, além dos impasses desta. Tomando como exemplo Descartes: se a partir da postulação do *cogito* se delimita a tarefa epistemológica, operada através do expurgo e da ascese do sujeito; é do tratamento das paixões, enquanto resto deste processo, presente na fronteira entre o espiritual e o somático, que se poderá um dia vir a fazer uma Psicologia. Contudo, para tentar se viabilizar cientificamente, a Psicologia tentou reunir o que a modernidade havia separado: o estudo do sujeito das paixões com o rigor do sujeito epistêmico. Será tal projeto viável na sua integralidade em uma modernidade marcada por tais cisões e purificações?

Na tese de livre-docência, a maior modificação se apresenta na configuração espacial dos modelos explicativos; o esquema binário dos anos oitenta se desdobra em diversos moldes, como o triangular, com a autonomia dos três modos de subjetivação:

Temos aí o pólo do Liberalismo, promovendo um processo de subjetivação de acordo com uma concepção de sujeito autocontido, autodelimitado, autocontrolado, autoconhecido, auto-subsistente, cindido entre uma esfera de liberdades privadas e uma esfera de obediência pública às leis. Em contraposição, temos o pólo do Romantismo, enfatizando o atravessamento da subjetividade pelas forças suprapessoais da natureza e da história, forças que, contudo, se fazem ouvir ‘de dentro’ e em oposição às conveniências e convenções públicas; forças que, enfim, engendram, simultaneamente, um processo endógeno de desenvolvimento absolutamente espontâneo e singular e, dada a sua condição suprapessoal, uma comunhão entre sujeitos plenamente desenvolvidos [...] Finalmente, temos as novas práticas de exercício de poder correlacionadas a concepções e modos bem determinados de subjetivação: de um lado, as que incidem minuciosamente sobre cada sujeito, individualizando-o, separando-o e tornando-o disponível



para o exame e para o controle e organizando, a partir de indivíduos assim identificados, os corpos coletivos; tudo realizado de acordo com um projeto de rigorosa racionalidade administrativa. De outro lado, as práticas de manipulação de sentimentos e emoções que evocam nostalgias, despertam temores, promovem entusiasmos e alimentam esperanças, exercendo-se diretamente sobre as massas mente-captas e emudecidas. Este pólo de dupla face foi então designado como o das Disciplinas (Figueiredo, 1994/1995b, pp. 111-112).

As psicologias terão o seu espaço de possibilidade no perímetro do triângulo, em seus vértices (representando os três modos de subjetivação: liberal, disciplinar e romântico), e em seus lados (representando as conexões entre estes modos de subjetivação, devidamente batizados com nomes de personalidades históricas: *Stuart Mill*, ou liberal-romântico; *Jeremy Bentham*, ou liberal-disciplinar, e *Richard Wagner* ou romântico-disciplinar)². O espaço interno, o território de ignorância permanece como a terra de ninguém da modernidade. Em textos posteriores, Figueiredo (1993/1995a, 1994/1995b, e 1995c) constituirá este espaço interno como condição de possibilidade do psicológico, enquanto avesso das representações identitárias modernas³, ou como conjunto de restos oriundos da oposição entre os modos de subjetivação: as *diferenças*⁴. Aqui a Epistemologia, enquanto delimitadora do campo da modernidade na figura do sujeito epistêmico e da verdade, se opõe ao psicológico (“o sujeito epistêmico é visceralmente avesso ao olhar psicológico”; cf. Figueiredo, 1995c, pp. 146-147), enquanto resto deste processo, mesmo que as psicologias recorram sempre à busca de fundamentação e reconhecimento por parte daquela.

O conflito entre Psicologia e Epistemologia se deve à crise do modo de subjetivação epistêmico, surgida no século XIX, a partir da “dificuldade de conservar a confiança nas virtudes ascéticas de qualquer método que tenha como missão constituir um sujeito plenamente senhor da própria consciência e vontade, capaz de uma disciplina estrita e de uma subjetividade sem mácula” (Figueiredo, 1993, p. 20). Esta crise, desencadeada por fatores econômicos, políticos e sociais, leva à falência do projeto epistemológico, em favor da ascensão dos saberes psicológicos. O paradoxo deste processo é que as psicologias, no seu afã de cientificidade, irão buscar apoio e reconhecimento justamente nas mais diversas epistemologias, o que será prontamente negado. Falta, pois, uma compreensão do processo histórico subjacente a este desencontro: ele remete ao “declínio do modo de subjetivação que poderia sustentar uma cultura regulada pelo ideal epistemológico” (*ibid.*, p. 21). Neste aspecto, toda negação de cientificidade à Psicologia por parte das epistemologias nada mais representa do que um esforço de restauração nas dobras da modernidade.

Um Eco Distante e Descompassado no Tempo: Michel Foucault e a Negatividade das Práticas como Constitutivas da Psicologia

Dentre os autores de língua francesa, podemos encontrar teses semelhantes à de Gurwitsch em trabalhos como os de Michel Foucault (1926-1984). Aqui, os avessos nos quais a Psicologia viria a se constituir estariam mais na negatividade do homem ou nos avessos das práticas e seriam mais recentes, próprios da passagem do século XVIII para o XIX. Desde os primeiros escritos deste filósofo até “O Nascimento da Clínica” (1963/1980), persevera a hipótese da Psicologia gerada nos avessos da prática, ou, conforme fórmula de Frederic Gros (1997, p. 80), considerando a luz das empiricidades como nascendo na escuridão das figuras de negatividade. Em “A História da Loucura” (1961/1978), a escuridão refere-se às baixas origens da Psicologia ligadas ao movimento de internação massiva da loucura (período clássico) e à fixação de uma natureza humana (o homem como alvo e fonte da investigação) a partir da paralisia geral, loucura moral e da monomania: “o *homo psychologicus* é descendente do *homo mente captus*” (Foucault, 1961/1978, p. 522; grifos no original). Para utilizar novamente uma imagem de Gros (1997, p.79), o homem e a Psicologia “apoiam sua positividade no vazio furioso do insensato”. Quanto ao homem, este “só se torna *natureza* para si na medida em que é capaz de *loucura* [...] forma principal e primeira do movimento com o qual a verdade do homem passa para o lado do objeto e se torna acessível a uma percepção científica” (Foucault, 1961/1978, p. 518; grifos no original).

2 “Há psicologias claramente próximas da superfície *Bentham*, como os comportamentalismos disciplinadores. Há outras mais próximas da superfície *Stuart Mill*; penso aqui, como exemplo, em algumas leituras americanas da psicanálise, como a ‘psicologia do self’, de Kohut. Há, finalmente, as que se aproximam da superfície *Wagner*, libertárias, expressivas, profundamente domesticadoras...” (Figueiredo, 1992, p.152). Mesmo ao longo de cada superfície é possível distribuir escolas psicológicas conforme a proximidade com um vértice ou outro: “Por exemplo, sobre a superfície *Stuart Mill* podemos situar a ‘terapia do ego’ próxima ao vértice liberal e a ‘terapia não-diretiva’ de Rogers, próxima do vértice romântico” (*ibid.*, p. 152).

3 “É neste contexto que o *psicológico* se mostrará como o *impensável*, como o que opera no registro subterrâneo da exclusão, tanto como *excluído* quanto como *excludente*, vale dizer, como o que resiste ativamente a uma incorporação ao universo de identidades e representações” (Figueiredo, 1993/1995a, p. 29; grifos no original).

4 “Acredito que os liberais, as disciplinas e os romantismos sejam, cada um deles, o *diferendo* (o diferente e o adiamento) dos outros dois, que cada um deles seja o *rastros do passado* e o *rastros do futuro*, rastros dos outros que fazem de cada um o que ele é, mas que, por isso mesmo, fazem de cada um um presente cindido... É o caráter inapreensível deste ‘signo’ (da *diferença*) que torna o contemporâneo um *território da ignorância*: neste território, cada posição, cada identidade contém em si mais - e menos - do que é capaz de reconhecer. É a diferença na produtividade invisível que nos faz a todos uma realidade heterogênea de rastros: rastros liberais, rastros disciplinares, rastros românticos” (Figueiredo, 1995c, pp.146-147; grifos no original).



Quanto à Psicologia:

O paradoxo da psicologia 'positiva' do século XIX é o de só ter sido possível a partir do momento da negatividade: psicologia da personalidade por uma análise do desdobramento; psicologia da memória pelas amnésias; da linguagem pelas afasias, da inteligência pela debilidade mental. A verdade do homem só é dita no seu desaparecimento; ela só se manifesta quando já se tornou outra coisa que não ela mesma (Foucault, 1961/1978, p. 518, p. 518).

A loucura moderna sob a qual repousa o *homo psychologicus* seria marcada por uma série de aporias, que se veriam refletidas no campo do conhecimento. É deste modo que a loucura reflete ora a verdade mais primitiva, ora a verdade mais terminal do homem; ora a loucura representa o triunfo do orgânico (materialismo), ora a maldade em estado selvagem (espiritualismo); ora o acúmulo de razões que se desdobra na irresponsabilidade (determinismo), ora a ausência de qualquer razão plausível; ora uma contradição na própria razão em vigor, ora a necessidade da razão do outro, como no tratamento moral (*ibid.*, pp. 512-514).

Em suma, é neste sentido que se pode dizer que a Psicologia é tributária da loucura, mas não vice-versa. De modo que é possível afirmar que Foucault pretende tomar a desmedida como medida da Psicologia:

Uma vez que só pode falar a linguagem da alienação, a psicologia portanto só é possível na crítica do homem ou na crítica de si mesma. Ela está sempre na encruzilhada entre dois caminhos: aprofundar a negatividade do homem ao ponto extremo onde amor e morte pertencem um ao outro indissolivelmente, bem como o dia e a noite, a repetição atemporal das coisas e a pressa das estações que se sucedem - e acaba por filosofar a marteladas. Ou então exercer-se através de retomadas incessantes, os ajustamentos do sujeito e do objeto, do interior e do exterior, do vivido e do conhecimento (*ibid.*, p. 522).

Em "O Nascimento da Clínica" (1963/1980), da mesma maneira que se devem buscar as origens da Psicologia na loucura, a da clínica deve ser buscada na morte: "Isto que estabelece a rigidez de um cadáver é o frio rigor das leis que comandam a vida" (*ibid.*, p. 80). Ainda que a trama conceitual do livro se modifique em relação ao "A História da Loucura", as palavras do jovem Foucault ainda ecoam:

O homem ocidental não pôde se constituir a seus próprios olhos como objeto da ciência, ele não se toma no interior de sua linguagem, nem se dá a si senão na abertura de sua própria supressão: da experiência da Desrazão, nascem todas as psicologias e a possibilidade mesma da psicologia; da integração da morte no pensamento médico nasce uma medicina que se constitui como ciência do indivíduo (Foucault, 1963/1980, p. 227).

Bruno Latour e o Surgimento da Psicologia nas Impossibilidades da Divisão Moderna

O trabalho do antropólogo da ciência Bruno Latour (1947-) será outro que trará ressonâncias com a tese histórica de Gurwitsch. Ainda que a cronologia indicada se aproxime da proposta pelo filósofo lituano, a proposta do surgimento da Psicologia se encaixa em uma discussão do entendimento da nossa modernidade a partir do princípio de simetria que caracteriza o campo de estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade. Este princípio, postulado por David Bloor (1942-) dentro da proposta de um Programa Forte em Sociologia da Ciência, busca explicar de acordo com os mesmos princípios os conhecimentos considerados científicos e não-científicos, diferentemente da Epistemologia e da História das Ciências modernas. Mesmo que os textos de Latour tenham sentidos e direções diversas (1994, 2001 e 2011), todos têm como base uma ampliação deste princípio de simetria. É assim que Latour e os outros autores da dita Teoria Ator-Rede propõem a simetrização e a problematização de outras dualidades em sua suposta diferença essencial: 1) Natureza X Humanidade/Sociedade; 2) Objetividade X Subjetividade; 3) Modernidade X Pré-Modernidade; 4) Civilização X Primitividade. As oposições citadas não se recobrem, mas se tocam, especialmente as duas primeiras.

A discussão das duas primeiras divisões é a que mais diretamente interessa e se apresentou como tema em "Jamais fomos Modernos" (1994) e na "Pequena Reflexão sobre o Culto Moderno dos Deuses Feitiches" (Latour, 1996). A tese ontológica é que todas estas divisões são próprias de recortes históricos específicos e localizáveis, como o debate no século XVI entre Robert Boyle (1927-1961) e Thomas Hobbes (1588-1679), conforme a apropriação que Latour (1994) faz do texto de Shapin e Schaffer (1985)⁵. O trabalho histórico que sustenta esta tese é que a busca de separação, purificação e classificação dos entes naturais e humanos teria a sua condição de surgimento no debate entre Boyle e Hobbes acerca da bomba de ar. Tal debate, ocorrido na virada do século XVII, a princípio parece opor um pensamento científico (Boyle) e um pensamento político

⁵ Em "Esperança de Pandora" (2001), Latour ensaia, nos dois capítulos finais, a divisão entre ciência e política como iniciada no debate entre Sócrates e Cálculos; e na primeira carta de "Cogitamus" (2011), Latour ensaia a divisão entre ciência e política como iniciada na narrativa que Plutarco faz em "Vidas Paralelas" acerca do encontro entre o matemático Arquimedes e o político Heirão.



(Hobbes). Contudo, Latour nos mostra que tanto Hobbes possuía escritos científicos, onde recusava a possibilidade do vácuo por implicar em contradições lógicas, e defendia a existência do éter, quanto Boyle buscava legitimar politicamente o seu experimento como fonte de testemunho, o que representaria uma prova mais digna que o juramento de um homem honrado e passível de repetição. Curiosamente, Boyle imaginava que o laboratório poderia ser o espaço para decisão de questões que envolviam as guerras civis do período na Inglaterra.

Historicamente, o testemunho de Boyle produzido em laboratório obteve seu reconhecimento como campo científico e a unidade lógico-dedutiva que Hobbes visava imprimir a toda natureza viu-se limitada à política. A partir daí, surgem os *matters-of-fact*, como representantes científicos, e a soberania e o parlamento, como formas de representação política. É deste modo que a natureza é produzida nas atividades dos laboratórios de modo imanente, ao mesmo tempo que é pensada como se fosse um ente transcendente. E, da mesma forma, o Estado seria pensado como algo produzido por nossos acordos, ao mesmo tempo que transcendente a nós. É neste sentido que Latour propõe, em sua descrição antropológica e ontológica dos modernos, uma *Constituição* que se define pela divisão e distribuição recíproca e alternada entre Imanência e Transcendência por um lado, e Natureza e Estado por outro. Deste jogo combinatório de possibilidades, duas a duas, se forma o repertório das quatro críticas possíveis da *Constituição moderna*, em que somente os seres híbridos ou feitiches⁶ estariam objetados (cf. Latour, 1994, cap. 2).

Mas, por que *jamais fomos modernos*? Porque este processo de purificação entre os poderes políticos e das ciências só pôde ser sustentado em seu início, graças à simplicidade dos objetos jurídicos e científicos de então. Como classificar, contudo, em termos mais atuais o fenômeno da clonagem, a legislação sobre a camada de ozônio, ou uma conferência sobre aquecimento global? O que Latour sustenta é, conforme visto, que o principal efeito dessa tentativa de purificação é o seu inverso, qual seja, a multiplicação dos híbridos: “Quanto menos os modernos se pensam misturados, mais se misturam. Quanto mais a ciência é absolutamente pura, mais se encontra intimamente ligada à construção da sociedade” (*ibid.*, p. 47). Para se compreender o que ocorre conosco, basta a comparação com as sociedades ditas pré-modernas, em que não há a busca de separação entre o domínio humano e natural, encontrando-se duas séries conectadas temporalmente uma na outra (*ibid.*, pp. 45-46). Separando-as, aumentam as possibilidades de combinação e recombinação dos entes. Esta é a história da modernidade; a história de um projeto que não se cumpre e de seu efeito inverso amplificado: ao invés de esgotar os híbridos, faz proliferar tais seres mestiços. Daí somente nos restar examinar a proliferação e tentativa de oclusão dos híbridos e *feitiches*.

Onde situar a Psicologia nesta divisão moderna? As principais pistas podem ser encontradas na “Pequena Reflexão sobre o Culto Moderno dos Deuses Feitiches” (Latour, 1996). Neste livro em específico, a Psicologia é posta em causa, como grande herdeira, juntamente com a Epistemologia, da separação moderna entre subjetividade e objetividade. Divisão que atuaria como uma bomba de sucção, atraindo os entes para cada um desses polos de purificação (subjetivos e pessoais ou objetivos e reais). Do lado da Epistemologia, teríamos a discussão da produção dos supostos fatos; do lado da Psicologia, teríamos o debate sobre os modos como se produz nossas crenças subjetivas, que seriam nosso resto de engano perante a razão científica. Estamos aqui muito próximos das palavras de Canguilhem (1958/2012) e Gurwitsch (1935), para os quais a Psicologia (ou uma versão dela) se constituiria neste projeto como uma desculpa do espírito diante da razão científica.

Conclusão

A tese de Gurwitsch, de alguma maneira ou de outra, se encontra reverberada entre autores que, analisando problemas distintos, afirmam o surgimento da Psicologia a partir de alguma questão em que este saber teria as suas condições a partir dos erros e impasses humanos. As teses do autor sobre a Psicologia da Gestalt e sobre os fundamentos que a Psicologia poderia emprestar positivamente, enquanto saber, aos demais não são consideradas. Com exceção do trabalho de Canguilhem, nenhum dos demais trabalhos poderia invocar a categoria de influência do trabalho de Gurwitsch de modo evidente. Mesmo que todas as teses de Gurwitsch não tenham sido adotadas, resta para a Psicologia a suspeita de que seu surgimento provém de um impasse gerado pelos modos científicos de representação, onde o sujeito da percepção é implantado como lugar e fonte de erros que cabem à Epistemologia corrigir. Entre a denúncia e o reconhecimento de uma subjetividade no avesso das formas de representação objetivas, residiria a própria condição de possibilidade dos saberes psicológicos.

O único acréscimo a ser feito dentre as diversas modulações dessa tese é o proposto por dois autores de produção mais recente, Loraine Daston (1951-) e Peter Galison (1955-), que detalham esta tese de forma mais precisa, ao situar a emergência da oposição entre subjetividade e objetividade em um momento posterior, no início do século XIX (Daston

⁶ Jogo de palavras que faz sentido em francês na junção de fato (*fait*) com fetiche (*fétiche*) produzindo os feitiches (*faitiches*) conforme proposto por Latour (1996).



& Galisson, 2007). Nesta narrativa histórica, o método científico anterior, em vigor entre os séculos XVII e XVIII, estaria, sobretudo, vinculado à definição de tipos ideais e arquétipos dos seres naturais, exigindo a colaboração entre desenhistas e cientistas na produção de imagens regulares, nítidas, simétricas e harmônicas. A crítica ao sujeito da percepção apareceria, segundo estes autores, com a introdução de metodologias mais atentas à particularidade dos seres naturais que, no extremo, implicam no desprezo por imagens nítidas e harmônicas. Tais métodos, segundo os autores, buscaram aproximar-se da ação mecânica, maquina e automática das máquinas, suplantando o falível aparato sensorial humano por técnicas capazes de converter, sem qualquer intervenção, a luz, o som ou o ritmo em imagens impressas. Desse modo, dispositivos como a máquina fotográfica teriam ganhado proeminência, apesar de suas imagens serem muito pouco nítidas, pelo menos à época em que foi introduzida esta modalidade de objetividade que Daston e Galisson (2007) chamam de “objetividade mecânica”. Mesmo que os autores estudem essa questão vinculada à produção de Atlas científicos, ganhamos uma possibilidade de maior precisão e atualidade desta tese. Seguramente a discussão sobre as qualidades primárias e secundárias podem ter servido de território para discussão sobre representações adequadas. Mas, seguramente, as discussões mais recentes sobre as formas mecânicas de representação teriam sido condições mais atuais e concretas para a elaboração da Psicologia como projeto de Física do sentido externo nos termos de Canguilhem. Resta-nos seguir o caminho das discussões sobre o tema. Mas sem esquecer a contribuição crucial de Gurwitsch ao nos colocar o problema e chamar a atenção para este aspecto singular de concretização dos saberes psicológicos: a sua vinculação essencial com o erro, as contradições, as controvérsias e os equívocos.

Referências

- Araújo, S. F. (2013). A relação corpo-alma na Metafísica Alemã (1720) de Christian Wolff. Em: *Ecos do passado: estudos de História e filosofia da psicologia*. Juiz de Fora: editora UFJF. pp. 93-115.
- Bloor, D. (1976). *Knowledge and social imagery*. Chicago, Illinois: University of Chicago Press.
- Canguilhem, G. (2012). O que é psicologia? Em: *Estudos de História e de filosofia das ciências concernentes aos vivos e à vida*. Forense universitária: Rio de Janeiro. pp. 401-418. (Originalmente publicado em 1958).
- Daston, L. & Galisson, P. (2007). *Objectivity*. Nova York: Zone Books.
- Figueiredo, L. C. M. (1985). *Um capítulo na história do conhecimento científico: a metodologia experimental de caso único* (texto sem referência provavelmente escrito em 1985).
- Figueiredo, L. C. M. (1986). *Reflexões acerca dos projetos de psicologia como ciência independente*. PUC/ME - PROPPG - XVII PROPES.
- Figueiredo, L. C. M. (1991). *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis-RJ: Vozes.
- Figueiredo, L. C. M. (1992). *A invenção do psicológico*. São Paulo: Educ./Escuta.
- Figueiredo, L. C. M. (1993). Sob o signo da multiplicidade. *Cadernos de Subjetividade*. 1(1). PUC-SP, São Paulo.
- Figueiredo, L. C. M. (1995a). Os lugares da Psicologia. Em: *Revisitando as psicologias*. São Paulo: Vozes-Educ. (Palestra proferida originalmente em 1993).
- Figueiredo, L. C. M. (1995b). O silêncio e as falas do corpo. Em: *Modos de subjetivação no Brasil*. São Paulo: Escuta/Educ. (Palestra proferida originalmente em 1994).
- Figueiredo, L. C. M. (1995c). Foucault e Heidegger. A ética e as formas históricas do habitar (e do não habitar). *Tempo social*. 7(1-2), outubro de 1995.
- Figueiredo, L. C. M. (1996). *Textos para o curso de mestrado (Epistemologia e psicologia)*. Programa de Psicologia clínica da PUC-SP (1996).
- Figueiredo, L. C. M. (1997). *Psicologia: Uma (nova) introdução*. São Paulo: Educ, São Paulo.
- Foucault, M. (1978). *A História da Loucura*. Perspectiva, São Paulo. (Originalmente publicado em 1961).



- Foucault, M. (1980). *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Originalmente publicado em 1963).
- Gros, F. (1997). *Foucault et la folie*. Paris: PUF.
- Gurwitsch, A. (1935). Développement historique de la gestalt-psychologie. *Thalès*, 2, 167-176. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43861539>.
- Gurwitsch, A. (2009a). The place of psychology in the system of sciences. Em: Kersten, F. (Ed.). *The collected works of Aron Gurwitsch (1901-1973)*. Vol. II: Studies in Phenomenology and Psychology. Springer. (Originalmente publicado em 1934).
- Gurwitsch, A. (2009b). Some aspects and developments of gestalt psychology. Em: Kersten, F. (Ed.). *The collected works of Aron Gurwitsch (1901-1973)*. Vol. II: Studies in Phenomenology and Psychology. Springer. (Originalmente publicado em 1936).
- Latour, B. (1994). *Jamais fomos Modernos*. São Paulo: Editora 34.
- Latour, B. (1996). *Petite réflexion sur le culte moderne des dieux faitiches*. Paris: Éd. Synthélabo.
- Latour, B. (2001). *Pandora's hope: essays on the reality of science studies*. Cambridge: Harvard University Press.
- Latour, B. (2011). *Cogitamus: six lettres sur les humanités scientifiques*. Paris: La Découverte.
- Shapin, S & Schaffer, S. (1985). *Leviathan and the Air-Pump: Hobbes, Boyle and the Experimental Life*. Princeton: Princeton University Press.

Recebido em 08.10.2021 – Primeira Decisão Editorial em 23.03.2022 – Aceito em 20.04.2022